

O olhar do profissional de Psicologia frente a pacientes vítimas de abusos sexual na infância

Marcelo Araújo Frazão¹

Larissa Marialva Cortez²

RESUMO: O abuso sexual infantil é uma grave violação dos direitos humanos que afeta milhões de crianças em todo o mundo. No contexto atual a abordagem desses casos requer uma compreensão sólida por parte dos profissionais da psicologia. Esta pesquisa trata-se de uma revisão narrativa que tem como objetivo analisar e sintetizar, de forma crítica, o conhecimento existente sobre a atuação de profissionais de psicologia com crianças vítimas de abuso sexual. A pesquisa é organizada em 5 capítulos, abrangendo introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados e discussão, com foco na compreensão das responsabilidades do profissional e no desenvolvimento de uma abordagem sensível e eficaz para a recuperação emocional dessas vítimas. A busca dos estudos foi realizada na base de dados Scielo e BVS, utilizando as palavras-chave "violência", "psicologia" e "abuso sexual infantil". A análise dos dados foi conduzida com a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que permite uma abordagem sistemática e objetiva, identificando categorias e temas recorrentes.

Palavras-Chave: violência; psicologia; abuso sexual infantil.

Área Temática: Temas Livres

E-mail do autor principal: psi.marcelo.frazao@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O abuso e a violência sexual há décadas figuram como questões de extrema relevância social, cultural, de saúde e de segurança pública em nossa sociedade. Anualmente, o número de casos reportados por órgãos como o Ministério da Saúde e de Segurança Pública é alarmante, demonstrando a gravidade e a urgência desse problema (Azambuja, 2013).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o tema exige uma abordagem urgente e consistente, tanto em termos de levantamento e análise de dados quanto

¹ Bacharel em Psicologia, Manaus, psi.marcelo.frazao@gmail.com

² Estudante de Psicologia, Manaus, larissacortez21@gmail.com

na reflexão crítica sobre as estratégias de enfrentamento. Ademais, é essencial destacar a necessidade premente de capacitação profissional para prevenir, identificar e acolher vítimas desse tipo de violência. Em 2022, foram notificados 56.820 casos de violência sexual no Brasil, representando um aumento de 7% em relação ao ano anterior. No estado do Amazonas, entre 2019 e 2023, foram registrados mais de nove mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, evidenciando a gravidade do problema em nível regional.

O abuso sexual infantil, em particular, segundo Azambuja (2013) configura-se como uma das formas mais cruéis de violência, caracterizando-se por diversos tipos de agressões de natureza sexual, como o aliciamento, a exploração sexual, o assédio e o estupro. Esse tipo de violência é praticado por adultos que, de maneira deliberada, exploram a vulnerabilidade das crianças, sejam elas incapazes de se defender, fáceis de manipular, ou que, devido à idade, não possuem discernimento suficiente para compreender o que constitui um comportamento inadequado ou abusivo no âmbito das relações familiares ou sociais.

A definição proposta pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia, 2002) destaca que as crianças, por estarem em uma condição de vulnerabilidade e dependência, são alvos fáceis para essas práticas abusivas, sendo imperativo que a sociedade como um todo, e os profissionais de saúde em especial, estejam preparados para intervir de forma assertiva e humanizada no enfrentamento dessa questão.

Diante disso, esse estudo se objetiva-se em explorar a respeito do olhar dos profissionais de Psicologia frente a crianças vítimas de abuso sexual, buscando compreender as principais técnicas e manejo utilizadas, assim como, os principais desafios éticos envolvidos nesse tipo de intervenção. A pergunta de pesquisa que dirimiu esse estudo foi: “Quais são os principais desafios e responsabilidades do profissional de psicologia ao trabalhar com crianças vítimas de abuso sexual, e como ele pode desenvolver uma abordagem sensível e eficaz para apoiar o processo de recuperação emocional dessas vítimas?”.

O método que dirimiu esta pesquisa se trata de uma revisão narrativa, um tipo de pesquisa bibliográfica que visa analisar de forma crítica, o conhecimento existente sobre determinado tema, sem seguir um protocolo rígido como ocorre nas revisões sistemáticas. Esse tipo de revisão permite uma abordagem mais ampla e interpretativa, oferecendo uma visão geral das diferentes perspectivas teóricas e práticas acerca do tema em estudo.

Justifica-se essa pesquisa socialmente pela urgência em enfrentar o abuso sexual infantil, uma questão que provoca impactos profundos no desenvolvimento emocional e psicológico das vítimas. Ao investigar as práticas adotadas pelos psicólogos, o estudo contribui para o aprimoramento do atendimento especializado. No campo científico, a pesquisa preenche lacunas sobre as abordagens terapêuticas e os dilemas éticos enfrentados, oferecendo subsídios para futuras investigações e para a formação acadêmica de psicólogos. Com isso, pretende-se ampliar o debate sobre a necessidade de capacitação contínua e o desenvolvimento de práticas mais eficazes e sensíveis à realidade dessas crianças, reforçando o compromisso ético e social da Psicologia na proteção da infância.

Este trabalho se organiza em 5 capítulos, contemplando a Introdução onde contextualiza-se o tema, trazendo à tona os objetivos e a questão central da pesquisa. A fundamentação teórica, por sua vez, é onde se revelam os principais conceitos abordados e a teoria que serve de base para o estudo. Nos procedimentos metodológicos, discorre a respeito do método de pesquisa, as estratégias de busca e as bases de dados utilizadas, ademais, em resultado e discussão, foi exposto os principais achados e as interseções em relação ao tema da pesquisa.

A busca foi realizada utilizando as palavras-chave "violência", "psicologia" e "abuso sexual infantil", aplicadas nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). A análise dos estudos nesta pesquisa foi realizada utilizando a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), que possibilita uma abordagem sistemática e objetiva dos conteúdos de comunicação. Esse método busca identificar categorias e temas recorrentes nos estudos selecionados, oferecendo uma compreensão mais detalhada das práticas adotadas e dos desafios enfrentados pelos profissionais de psicologia ao lidar com crianças vítimas de abuso sexual.

2. MÉTODO OU METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

Este estudo adotou uma pesquisa bibliográfica qualitativa, ou seja, é desenvolvida a partir de material já elaborado através de literaturas, revistas, jornais, sites, documentos e vários outros (Costa da F; Costa, 2015). A pesquisa bibliográfica tem por vantagem principal

uma cobertura maior de informações, possibilitando que o pesquisador torne evidente a conjuntura do que se pretende ser pesquisado de vários lugares e percepções (Gil, 2008).

Um dos tipos de pesquisa bibliográfica segundo Rother (2007) é a revisão narrativa da literatura, focada na análise crítica e síntese das principais técnicas e desafios enfrentados por profissionais de psicologia ao lidar com crianças vítimas de abuso sexual. A revisão narrativa permite uma abordagem ampla, onde o objetivo é explorar diferentes perspectivas teóricas e práticas sem seguir um protocolo rígido, como nas revisões sistemáticas, mas ainda oferecendo uma análise detalhada e crítica.

2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Para a seleção dos estudos que embasam essa pesquisa, foram adotados critérios claros e rigorosos. Foram incluídas pesquisas que abordam intervenções psicológicas realizadas com crianças vítimas de abuso sexual e artigos que discutem as técnicas de manejo utilizadas por psicólogos nesse tipo de atendimento. Além disso, consideraram-se apenas publicações dos últimos 10 anos que estejam disponíveis para leitura integral, garantindo a atualização e a acessibilidade das informações.

Por outro lado, foram excluídos estudos que não tratam especificamente de intervenções psicológicas com crianças vítimas de abuso sexual, publicações indisponíveis para leitura integral e artigos com mais de 10 anos de publicação. Esses critérios visam assegurar a relevância, a atualidade e a qualidade do material analisado, permitindo uma compreensão aprofundada e baseada em evidências atualizadas.

2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Para a seleção dos estudos, foram utilizadas as bases de dados especializadas, sendo a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: “violência”, “psicologia” e “abuso sexual infantil”. Além disso, foram consideradas combinações e variações dessas palavras para maximizar a abrangência dos resultados. A busca incluiu artigos publicados apenas em português, com foco em publicações de estudos empíricos, revisões e diretrizes que tratassem do olhar do profissional de Psicologia frente a demandas de crianças vítimas de abuso sexual.

Inicialmente, foi realizada uma leitura flutuante dos estudos identificados na busca bibliográfica, permitindo uma imersão no material para um entendimento preliminar. Nessa etapa, definiu-se o corpus da pesquisa, composto pelos artigos e estudos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos, tais como o foco em intervenções psicológicas com crianças vítimas de abuso sexual, técnicas de manejo e desafios éticos. O objetivo é a questão da pesquisa orientaram esse processo, e categorias preliminares de análise foram esboçadas a partir dos temas centrais identificados nos textos.

2.4 Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos estudos desta pesquisa foi conduzida com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que permite a análise sistemática e objetiva de conteúdos de comunicação. Esse processo visa identificar categorias e temas recorrentes nos estudos selecionados, proporcionando uma compreensão aprofundada das práticas e desafios enfrentados por profissionais de psicologia no atendimento a crianças vítimas de abuso sexual.

Na etapa de exploração do material, os estudos selecionados foram analisados detalhadamente. O conteúdo dos textos foi dividido em unidades de registro, como frases ou parágrafos que tratavam diretamente das técnicas psicológicas, intervenções ou desafios éticos. Esses elementos foram codificados e organizados em categorias.

As categorias principais incluíram: técnicas de intervenção, relacionadas às abordagens práticas utilizadas pelos psicólogos no atendimento a crianças vítimas de abuso sexual; desafios éticos, que englobavam os principais dilemas e questões éticas identificadas nas práticas descritas; e responsabilidades profissionais, que destacavam o papel e as responsabilidades do psicólogo durante o processo de intervenção e recuperação emocional.

Após a categorização, os dados foram submetidos a uma análise crítica e interpretativa. Foram feitas inferências sobre as relações entre as técnicas empregadas, os desafios éticos enfrentados e as responsabilidades do profissional de psicologia no tratamento de crianças vítimas de abuso sexual. Os resultados obtidos foram discutidos em relação à literatura existente, com o objetivo de identificar padrões, contradições e novas perspectivas sobre o tema.

Essa abordagem qualitativa permitiu que a pesquisa sintetizasse as principais contribuições da literatura, oferecendo uma visão crítica e integradora das práticas e desafios encontrados por profissionais que trabalham com crianças vítimas de abuso sexual. No entanto, reconhece-se que a subjetividade na categorização e interpretação dos dados pode representar uma limitação. Além disso, a abrangência dos estudos analisados foi condicionada pela disponibilidade de artigos em texto completo e pelo foco nas bases de dados selecionadas.

3. RESULTADO

O estudo de Aznar-Blefari et al. (2020), publicado na Psico USF, propõe diretrizes detalhadas para a condução de entrevistas com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Essas diretrizes, fundamentadas na literatura, foram selecionadas e organizadas com base nas práticas reconhecidas como eficazes e éticas para esse público vulnerável, auxiliando profissionais na coleta de informações sensíveis de forma acolhedora e respeitosa, sem re-traumatizar os envolvidos. O artigo reforça a importância de metodologias cuidadosamente aplicadas no contexto de abuso, consolidando-se como referência em boas práticas para a área.

Batista, Gomes e Villacorta (2022), em um artigo publicado na revista *Saúde em Debate*, conduzem uma pesquisa-ação analítica com abordagem qualitativa que visa a construção de estratégias de enfrentamento ao abuso sexual infantil em colaboração com profissionais da Saúde da Família, no contexto de uma região da Grande Recife.

Através do método do Círculo de Cultura, utilizado tanto para coleta quanto para intervenção, o estudo promoveu cinco encontros interativos e reflexivos. Esse processo colaborativo possibilitou a criação conjunta de estratégias, visando melhorar a capacidade de atuação e resposta da equipe de saúde frente a situações de abuso, fortalecendo os laços e o compromisso social da equipe com a proteção infantil (Batista, Gomes e Villacorta, 2022).

Florentino (2014), em sua contribuição publicada na *Revista de Psicologia*, explora as diferentes perspectivas e desafios enfrentados pelos psicólogos que atuam no contexto do abuso sexual infantil, com foco naqueles vinculados aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O artigo, de natureza qualitativa e elaborado a partir de revisão bibliográfica, aborda os principais aspectos que orientam e delimitam o papel desses

profissionais, considerando as complexidades da violência infantil e a necessidade de uma postura ética e técnica cuidadosa.

Florentino (2014) destaca ainda o papel essencial do psicólogo em articular apoio psicológico, social e jurídico, promovendo uma intervenção mais ampla e efetiva no enfrentamento da violência sexual infantil.

Bérgamo e Bernardes (2015), na Revista Brasileira de Psicodrama, relatam uma experiência de avaliação psicológica em um caso sensível envolvendo uma criança de cinco anos, vítima de abuso sexual perpetrado pelo padrasto. O estudo apresenta as oito sessões de avaliação realizadas com a criança e sua família, utilizando o psicodrama como base metodológica para investigar os impactos emocionais e psicológicos do abuso, bem como as dinâmicas familiares que influenciam o bem-estar da vítima.

Minayo (2001) em seu artigo publicado na Revista Brasileira de Saúde Materna e Infantil, faz uma análise histórica e sociocultural da violência contra crianças, traçando um panorama que destaca a prevalência desse fenômeno ao longo das eras e sua relação com fatores sociais e culturais. Em seu livro Minayo (2006), expande essa discussão ao explorar as articulações entre violência e saúde no contexto brasileiro. A obra se divide em três eixos principais: a conceituação sociológica da violência, as consequências da violência para a saúde pública e as propostas de intervenção.

O artigo de Neves Neto, Rezende e Carvalho (2021), publicado na Periódicus, oferece uma análise do abuso sexual infantil a partir de uma perspectiva de gênero, destacando como fatores culturais, como o machismo, o racismo e o adultocentrismo, contribuem para a perpetuação e o silenciamento desse tipo de violência. O artigo destaca a necessidade de intervenções que desafiem essas normas sociais e promovam um ambiente mais seguro e igualitário para as crianças.

Pelisoli e Dell'Agilo (2015), em uma pesquisa descritiva publicada nos Arquivos Brasileiros de Psicologia, examinam as práticas e experiências de psicólogos brasileiros no atendimento a vítimas de abuso sexual infantil. A pesquisa destaca a importância de estratégias especializadas e adaptadas ao contexto brasileiro, evidenciando os desafios de recursos limitados, o estigma e a complexidade dos casos. Esse estudo contribui para a compreensão das práticas psicológicas e do apoio institucional necessário para enfrentar o abuso sexual infantil de forma eficaz.

Vasconcelos e Mallak (2002), em uma revisão bibliográfica publicada pela Fundação Orsa, exploram a violência sexual infantil no Brasil, com ênfase no papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. O artigo discute as estratégias psicoterapêuticas oferecidas às vítimas e destaca a importância de intervenções psicossociais contínuas, que considerem tanto a recuperação emocional das crianças quanto a necessidade de proteção legal.

3.1 Identificação dos Estudos

Quadro 1- Exposição dos dados

(ano)	Autor	Revista	Delineamento do Método	Resumo
2020	Aznar-Blefari, Carlos. et al.,	Psico USF	Revisão narrativa	O artigo tem como objetivo apresentar diretrizes gerais para entrevistas com crianças e adolescentes, consideradas na literatura como boas práticas nesse campo de atuação.
2022	Batista, Mitlene Kaline Bernardo; Gomes, Wanessa da Silva; Villacorta, João Augusto Machado.	SAÚDE DEBATE	Pesquisa-açãoanalítica, com abordagem qualitativa	Teve como objetivo construir, com os profissionais da equipe de Saúde da Família de um município da região metropolitana do Recife, estratégias de enfrentamento do abuso sexual contra crianças.
2015	Bérgamo, Leticia Nagel; Bernardes, Márcia Pereira	Rev. bras. psicodrama	Relato de Experiência	Trata-se do processo de avaliação psicológica realizado com uma criança de cinco anos e sua família em uma instituição de atendimento, diante da denúncia de abuso sexual que envolveu a criança e o padrasto.
2014	Florentino, Bruno Ricardo Bérgamo.	Rev. Psicol.	Pesquisa Bibliográfica	O presente artigo, de natureza qualitativa, realizado a partir de pesquisa bibliográfica, discute as principais perspectivas do psicólogo frente a esta violência, delimitando os principais aspectos que norteiam o exercício do profissional que está inserido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
2001	Minayo, Maria Cecília de Souza.	Rev. bras. saúde matern. infant.	Pesquisa Bibliográfica	A história mostra que, desde os tempos primitivos até o momento presente, a violência contra a criança se apresenta como um fenômeno

				social e cultural de grande relevância.
2006	Minayo, Maria Cecília de Souza.	Violência e saúde	Pesquisa Bibliográfica	Neste livro busco-se introduzir uma reflexão sobre as articulações entre o tema da violência e suas repercussões na saúde dos brasileiros.
2021	Neves Neto, Wilmar Ferreira; Rezende, Marília Gabriela Costa; Carvalho, Cíntia de Sousa	Periódicos	Revisão Bibliográfica	Buscou aprofundar o conceito de abuso sexual infantil numa perspectiva de gênero.
2015	Pelisoli, Cátula da Luz; Dell'Agilo Débora Dalbosco	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Pesquisa de campo, descritiva	Este trabalho investigou experiências e práticas de psicólogos em casos de abuso sexual infantil – ASI no Brasil. Participaram 95 psicólogos (86,3% do sexo feminino) de diferentes regiões do país, selecionados a partir do procedimento Snow Ball.
2002	Vasconcelos, Maria Gorete O. M; Mallak, Linda Simone	Fundação Orsa Criança e Vida	Revisão Bibliográfica	Discute a violência sexual no Brasil; o impacto das Ongs no enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; o tratamento psicoterapêutico para crianças que sofreram abuso e o crime virtual.

4 DISCUSSÃO

4.1 Impacto psicológico do Abuso sexual infantil

O abuso sexual infantil representa uma violação grave dos direitos humanos, acarretando consequências profundas no desenvolvimento psicológico da vítima. Esse tipo de violência afeta diretamente a integridade emocional e social da criança, com implicações que podem se estender ao longo de toda a vida (Vasconcelos e Mallak, 2002). Segundo Neves Neto, Rezende e Carvalho (2021), esse tipo de abuso ocorre majoritariamente em ambientes familiares, sendo frequentemente silenciado devido a estruturas culturais machistas e adultocêntricas. Esse contexto amplia o sofrimento psicológico da vítima ao comprometer o suporte social e emocional necessário para a superação do trauma.

Os impactos emocionais mais frequentes abrangem transtornos como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), entre outros sintomas

psicopatológicos. No estudo de Bérghamo e Bernardes (2015), destaca-se que o abuso sexual pode acarretar alterações comportamentais significativas na criança, incluindo agressividade, retraimento social e dificuldades em estabelecer vínculos de confiança nas relações interpessoais. Tais sintomas tendem a surgir precocemente, manifestando-se de diferentes formas, conforme o contexto familiar e o suporte social disponível.

Além dos impactos emocionais, o abuso sexual infantil pode originar transtornos mentais profundos e duradouros. Conforme Persoli e Dell’Aglia (2015), os psicólogos que acompanham esses casos relatam que crianças vítimas dessa violência frequentemente vivenciam depressão e comportamentos autolesivos. A intensidade e a permanência desses sintomas estão intimamente ligadas à natureza do abuso, ao vínculo com o agressor e à idade da criança quando a violência ocorreu.

O autor destaca ainda, que as intervenções psicológicas precisam ir além do diagnóstico, devem se centrar na experiência única de cada criança, criando um espaço de acolhimento onde ela possa resgatar seu sentido de valor e reconstruir a autoestima. É um trabalho que exige presença e sensibilidade para favorecer a resiliência, respeitando o ritmo e a singularidade de cada trajetória de sofrimento e superação.

As consequências psicológicas do abuso sexual infantil podem persistir até a vida adulta, impactando a saúde mental e as relações interpessoais das vítimas. Florentino (2014) ressalta que muitos adultos que foram vítimas de abuso sexual na infância relatam dificuldades em estabelecer vínculos emocionais saudáveis, mantendo, muitas vezes, sentimentos de desvalia e autodepreciação. Além disso, Minayo (2006) enfatiza que a exposição à violência durante a infância pode alterar significativamente o processo de socialização, levando ao desenvolvimento de uma visão distorcida das relações de poder e afeto.

Diante dos estudos, nota-se que o atendimento psicológico a vítimas de abuso sexual infantil requer uma abordagem multidisciplinar e intersetorial que respeite a singularidade de cada ser, com uma estrutura que permita a criação de um espaço acolhedor, seguro e livre de julgamentos. A integração de práticas terapêuticas é fundamental para sustentar a criança e sua família em seu caminho único de ressignificação, promovendo um processo de superação que emerge de suas próprias vivências e significados.

Esses recursos terapêuticos, aplicados de forma coordenada e sensível ao contexto existencial da criança, possibilitam o fortalecimento de sua resiliência emocional e a

construção de formas autênticas de enfrentamento. Esse movimento terapêutico busca não apenas reverter os impactos do trauma, mas também restaurar a possibilidade de vínculos significativos e seguros, onde a criança possa experienciar confiança e se abrir novamente para o mundo em sua inteireza.

4.2 O olhar do profissional de psicologia frente a demandas de abuso sexual infantil

O olhar do profissional de psicologia ao atender crianças vítimas de abuso sexual envolve uma articulação profunda entre o saber técnico e uma empatia que acolhe a singularidade da vivência da criança. Vasconcelos e Mallak (2002) compreende que esses atendimentos demandam do psicólogo uma presença sensível, que transcenda as técnicas e penetre nas múltiplas dimensões da experiência traumática vivida pela criança.

Persoli e Dell'Aglío (2015) destacam que, embora capacitados, os psicólogos enfrentam desafios ao se depararem com a necessidade de instrumentos mais sintonizados com as realidades subjetivas dessas vítimas. Esses recursos específicos e atuais poderiam favorecer uma compreensão mais autêntica e integral, possibilitando que o profissional entre em contato com a vivência da criança como ela é, em sua plenitude e sofrimento, e que caminhe ao seu lado no processo de ressignificação de sua experiência.

O atendimento demanda uma abordagem que contemple a totalidade dos fatores emocionais, sociais e culturais que permeiam sua vivência. É essencial que o psicólogo perceba e acolha a complexidade do contexto familiar, onde o abuso, como apontado por Neves Neto, Rezende e Carvalho (2021), frequentemente se manifesta de forma silenciosa.

Nesse sentido, o profissional é convidado a estar presente ao sofrimento da criança e ao peso das estruturas culturais que a circundam, ouvindo não apenas o que é dito, mas também o que permanece oculto, silenciado. Essa escuta vai além da palavra, adentrando os significados profundos de sua experiência e rompendo, com sua presença e compreensão, o ciclo de silêncio e opressão que permeia seu mundo (Batista, Gomes e Villacorta, 2022).

O psicólogo deve adotar uma abordagem cuidadosa na prática de "escuta especializada" e "depoimento especial", como discutido por Aznar-Blefari et al. (2020), práticas que vão além das palavras ditas, buscando alcançar o significado que habita no silêncio e no não-dito da criança, com o intuito de evitar qualquer revitimização. Esse processo envolve uma preparação atenta do ambiente e o uso de perguntas abertas, permitindo

que a criança, em sua singularidade, revele o que pode, no ritmo de sua própria experiência. Preservar sua integridade emocional é, assim, não só um objetivo, mas uma presença compassiva que o profissional oferece.

Enfatizam Bérghamo e Bernardes (2015), o psicólogo adentra o campo das relações e da dinâmica familiar, explorando as tensões e os jogos de poder que se escondem nas interações. Esse trabalho permite ao profissional perceber, de modo profundo, os fatores de risco e proteção que moldam o mundo vivido da criança.

Florentino (2014) acrescenta que o trabalho psicológico requer um afastamento de preconceitos e estereótipos, promovendo um ambiente seguro para a criança e sua família, de modo a construir uma rede de apoio que auxilie no processo de superação do trauma. Dessa maneira, o psicólogo não apenas atua no atendimento imediato, mas também desempenha um papel fundamental na articulação de ações intersetoriais e no fortalecimento de uma rede de proteção integral, contribuindo para a recuperação e para a ressignificação das experiências de abuso vivenciadas pela criança.

4.3 Principais intervenções e técnicas de manejo

As principais intervenções e técnicas de manejo no atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual exigem uma abordagem que contemple a totalidade da experiência vivida pela criança, integrando práticas de escuta profunda, avaliação cuidadosa e suporte terapêutico que respeitem o ritmo e a singularidade de cada criança.

A escuta especializada e o depoimento especial, conforme discutido por Aznar-Blefari et al. (2020), são práticas essenciais que requerem uma presença empática e uma técnica que acolha a criança em sua vivência única, evitando a revitimização. Nessas abordagens, o profissional de psicologia não apenas utiliza técnicas estruturadas de entrevista, mas se coloca em uma postura de abertura e compreensão, criando um espaço seguro e aberto para a construção de novas possibilidades.

Essas técnicas fazem uso de perguntas abertas em um ambiente cuidadosamente preparado, que convida a criança a se expressar de forma espontânea, permitindo que ela compartilhe seu mundo interior sem pressões, enquanto sua integridade emocional é protegida. Esse espaço de escuta e acolhimento tem por objetivo criar uma experiência segura e respeitosa, na qual a criança se sinta livre para ser ela mesma, enquanto o profissional de

psicologia busca informações essenciais tanto para processos judiciais quanto para intervenções clínicas (Minayo, 2006) e (Aznar-Blefari et al., 2020).

O psicodrama, conforme descrito por Bérghamo e Bernardes (2015), emerge como uma intervenção profundamente significativa, pois possibilita que a criança manifeste suas experiências de modo simbólico e não verbal, trazendo à tona vivências que muitas vezes escapam da linguagem. Esse método permite ao psicólogo adentrar na dinâmica familiar e nas relações afetivas da criança, acessando de maneira sensível e respeitosa os fatores de risco e proteção que marcam seu cotidiano. Por meio do psicodrama, o profissional ganha uma visão mais ampla das redes de poder e afeto que envolvem o contexto do abuso, acolhendo a criança em sua totalidade.

Além dessas práticas, a abordagem interdisciplinar torna-se essencial para alcançar a profundidade e eficácia desejadas nas intervenções. Como observado por Minayo (2006), o trabalho em rede entre profissionais de saúde, assistência social e justiça amplia o suporte à criança e oferece uma resposta mais abrangente e humanizada à complexidade dos casos de violência sexual. Essa colaboração promove a criação de estratégias de enfrentamento e cuidado contínuo, especialmente em contextos de saúde pública, onde as equipes de saúde da família desempenham um papel vital na identificação e no apoio às vítimas, permitindo que cada profissional acolha a criança em sua singularidade e experiência.

Conforme revelam estudos como os de Habigzang et al. (2006), a psicoterapia cognitivo-comportamental (TCC) apresenta-se como uma intervenção fundamental ao abordar sintomas de ansiedade e depressão, comuns entre vítimas de abuso sexual. A TCC auxilia a criança na ressignificação de sua experiência traumática, oferecendo-lhe ferramentas de enfrentamento que a capacitam a reconstruir o sentido de sua trajetória, em um processo que respeita seu tempo e necessidade de expressão autêntica.

Essas intervenções, quando integradas em uma perspectiva interdisciplinar e sensível, como defendido por Minayo (2001, 2006), configuram-se como um atendimento genuinamente humano, que enxerga a criança em sua totalidade e promove não apenas sua recuperação emocional, mas também a construção de uma rede de suporte sólida e empática para ela e sua família. Esse cuidado integral possibilita que a experiência traumática seja ressignificada, sustentando a criança em um desenvolvimento emocional e relacional mais seguro e saudável, onde ela possa, pouco a pouco, redescobrir confiança e pertencimento.

4.4 Desafios éticos e responsabilidades do profissional de Psicologia

O psicólogo, ao acolher a vivência singular da criança, encontra-se diante de uma tarefa que exige uma abertura à escuta, se torna um ato de presença e co-participação na dor do outro. Segundo Aznar-Blefari et al. (2020), nesse contexto, o desafio ético não é apenas instrumental, mas existencial: como equilibrar o compromisso com a verdade do vivido e a demanda externa de esclarecimento para fins judiciais? Como preservar a integridade do ser da criança, sem reduzi-la a objeto de investigação, mas antes respeitando sua existência em sua complexidade e fragilidade? O psicólogo, assim, precisa se mover em uma zona de cuidado constante, onde o escutar não vitimiza, mas legitima a experiência da criança, permitindo que seu sofrimento seja reconhecido sem ser instrumentalizado.

Persoli e Dell'Aglio (2015) apontam para a necessidade de que os psicólogos, ao lidar com crianças vítimas de abuso, se aproximem dos instrumentos que melhor se conectem à vivência dessas crianças. Contudo, esses profissionais frequentemente se deparam com uma ausência de formação e familiaridade com novos métodos, o que pode limitar sua capacidade de estar verdadeiramente presentes e responsivos no atendimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que, em casos suspeitos ou confirmados de abuso, os profissionais devem notificar as autoridades competentes, como o Conselho Tutelar. Essa obrigatoriedade de notificação, embora crucial para a proteção da criança, também traz dilemas éticos, pois muitas vezes expõe a criança a novos traumas ou ao estigma social, especialmente quando a denúncia envolve membros da família (Batista, Gomes e Villacorta, 2022).

Outro desafio relatado por Neves Neto, Rezende e Carvalho (2021) encontra-se diante do acolhimento que transcende a prática, envolvendo o compromisso ético de respeitar e legitimar a existência e a voz da criança, rompendo com as barreiras que perpetuam seu silenciamento.

Em suma, a atuação ética dos psicólogos nessas situações exige não apenas uma adesão rigorosa aos protocolos, mas também uma sensibilidade cultural e um compromisso com a formação contínua. Como aponta Minayo (2001), a eficácia do atendimento e a prevenção de dilemas éticos requerem uma ação intersetorial e interdisciplinar, que proteja a criança enquanto respeita seu direito ao acolhimento e à justiça, sem ignorar os desafios e limitações inerentes ao trabalho com casos tão complexos e delicados.

A falha do psicólogo em manejar adequadamente e cumprir com os princípios éticos no atendimento a crianças vítimas de abuso sexual pode acarretar sérias consequências tanto para a saúde emocional da criança quanto para o processo de justiça e a integridade da prática profissional.

Segundo Aznar-Blefari et al. (2020), uma escuta inadequada, ou que não considere os limites emocionais da criança, pode gerar revitimização, aumentando o sofrimento psicológico e dificultando sua recuperação. Esse tipo de falha ocorre especialmente quando o profissional não está preparado para seguir procedimentos como a escuta especializada e uma abordagem sensível e não invasiva.

Além disso, Persoli e Dell'Aglío (2015) apontam que o uso de instrumentos inadequados ou a falta de familiaridade com técnicas específicas pode prejudicar o diagnóstico e o tratamento, levando a interpretações equivocadas e até mesmo à perda de informações cruciais para o caso. Tal situação pode comprometer o suporte oferecido à criança e aumentar os riscos de perpetuação do trauma, configurando uma violação ética em relação ao dever de não causar dano (princípio da não-maleficência) e de prestar o melhor atendimento possível.

A "cultura do silêncio", discutida anteriormente por Neves Neto, Rezende e Carvalho (2021), evidencia que, em um contexto onde o psicólogo não adota uma postura ética e ativa, a criança pode enfrentar dificuldades adicionais para confiar no profissional e relatar o abuso. Esse cenário pode contribuir para a subnotificação de casos e aumentar a probabilidade de que a criança permaneça exposta a situações de risco, reforçando dinâmicas de opressão e violação de direitos. A falta de um manejo ético pode, assim, consolidar a invisibilidade e o silêncio em torno do abuso, comprometendo não apenas o bem-estar da criança, mas também o papel da psicologia enquanto campo comprometido com a defesa e promoção dos direitos humanos.

Minayo (2006) ressalta que, sem um compromisso ético consistente e uma abordagem interdisciplinar, o atendimento se torna fragmentado e ineficaz, incapaz de oferecer um suporte integral à vítima. Essa falha pode não apenas prolongar o sofrimento da criança, mas também abalar a credibilidade da profissão e prejudicar o processo judicial, dificultando que os responsáveis sejam responsabilizados e que a vítima receba a proteção e os recursos de que necessita para sua recuperação.

Portanto, o descumprimento dos princípios éticos e a incapacidade de manejar adequadamente esses casos podem resultar em danos duradouros para a criança, perda de confiança na rede de apoio e, em última instância, uma falha coletiva em garantir a justiça e o suporte adequado às vítimas de abuso sexual infantil

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que o atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual exige uma abordagem complexa, multidisciplinar e pautada por princípios éticos rigorosos. A revisão evidenciou que o psicólogo desempenha um papel crucial na escuta sensível e no manejo de técnicas terapêuticas que preservem a integridade emocional da criança, além de garantir a coleta de informações pertinentes sem revitimização.

Práticas como a escuta especializada e o uso de instrumentos adequados, juntamente com uma compreensão aprofundada da dinâmica familiar e dos fatores de risco, mostram-se essenciais para uma intervenção eficaz e humanizada. No entanto, desafios éticos, como o enfrentamento da "cultura do silêncio" e a necessidade de preparo constante dos profissionais, revelam que o campo ainda demanda melhorias tanto em termos de formação quanto na articulação com as redes de apoio social, saúde e justiça.

A revisão também destacou que, para evitar o agravamento do trauma e promover um desenvolvimento emocional saudável, é imprescindível que o atendimento psicológico esteja alinhado com os princípios da beneficência, não-maleficência e respeito aos direitos humanos. Assim, é de suma importância que o psicólogo adote uma postura ativa e ética, reconhecendo a vulnerabilidade da criança e as particularidades de cada caso.

A pesquisa alcançou seus objetivos ao evidenciar a complexidade do atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual e destacar a importância de práticas éticas e multidisciplinares. Identificou-se o papel central do psicólogo no acolhimento e na intervenção, além dos desafios como a necessidade de capacitação contínua e articulação com redes de apoio. No entanto, foram apontadas lacunas relacionadas à formação profissional e à integração entre saúde, assistência social e justiça, que limitam a eficácia das práticas.

As principais limitações incluem a escassez de estudos nacionais e a falta de padronização nas práticas de atendimento. Para pesquisas futuras, sugere-se a análise do impacto das intervenções ao longo do tempo, o desenvolvimento de métodos de capacitação



mais eficazes e a criação de indicadores para avaliar a articulação intersetorial, visando aprimorar o atendimento e fortalecer a base teórica no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. MONTEIRO, Lauro. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Editora Autores& agentes Associados, 2002.

ABRAPIA – **Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência**. 2002. Definições sobre abuso sexual infantil. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

ACORDI, Amanda; LAVORATTI, Cleide; HOLZMANN, Liza. O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO ÂMBITO HOSPITALAR. **15.º CONEX – Resumo Expandido**, p. 1–3, 2018. Disponível em: https://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2017/as_sets/uploads/trabalhos/08282017_090850_59a4134e7018d.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

AZNAR-BLEFARI, C. et al.. Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. **Psico-USF**, v. 25, n. 4, p. 625–635, out. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psuf/a/W_y5gyg9ZXh5hrwSyyQyS5Nw/#. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia Reflexão E Crítica**, v. 11, n. 3, p. 559–578, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-79721998000300014>. Acesso em: 17 de outubro de 2024.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. A interdisciplinaridade na violência sexual. **Serviço Social & Sociedade**, n. 115, p. 487–507, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-66282013000300005>.

BÉRGAMO, L. N.; BERNARDES, M. P. Relato de experiência: avaliação psicológica de uma criança vítima de abuso sexual fundamentada no psicodrama. **Revista Brasileira De Psicodrama**, v. 23, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20150008>. Acesso em 02 de outubro de 2024.

BATISTA, MKB, Gomes W da S, Villacorta JAM. **Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife**. Saúde debate [Internet]. 2022Dec;46(spe5):208–20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E517>. Acesso em 04 de maio de 2024.

BRASIL, Decreto- Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código de Processo Civil**. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1940.



BRASIL. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Metodológicas**: elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos observacionais comparativos sobre fatores de risco e prognóstico, DF, 2014.

BLEFARI, C. A. et. al. **Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual**: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 25, n. 4, p. 625-635, out./dez. 2020.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. **A explosão da violência sexual no Brasil**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 154-161, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 13 de set 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA/ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL: **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social** – Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. [s.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2024.

CAMILO, C.; GARRIDO, M. V. A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações. **Editora Edições ISPA**. Dez, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/7468>. Acessado em: 11 de outubro de 2023.

COSTA, M. A. F; COSTA M. F. B. **Projeto de Pesquisa**: Entenda e faça. 6. ed. Petrópolis, Editora Vozes., 2015.

DALBERTO, Maria de Fátima Pereira; ALMEIDA, Daniela Rodrigues de; DÓRIA, Luciana Chacon; *et al.* O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia Ciência E Profissão**, v. 28, n. 3, p. 558–573, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/xh8C6WTZ6ZHnYYxSDwvyrpM/#>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

ERREIRA, H.; COELHO, D.S.C; CERQUEIRA, D.; ALVES, P.; SEMENTE, M.. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **IPEA** 2023.

FLORENTINO.B.R.B. **Abuso sexual, crianças e adolescentes**: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. Fractal, Rev. Psicol., v. 26 – n. 1, p. 59-70, Jan./Abr. 2014.



FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal Revista De Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 59–70, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/MZSfWZbB3J8dRsdmT94k5gG/#>>. Acesso em 18 de outubro de 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; CORTE, Fabiana Dala; HATZENBERGER, Roberta; *et al.* Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia Reflexão E Crítica**, v. 21, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/7pNTLhMQStyTMvjbZCVwCVL/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

HOHENDORFF, Jean Von ; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. **Psicologia Ciência E Profissão**, v. 35, n. 1, p. 182–198, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703 000202014>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos De Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 11–21, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-166x200 8000100002>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

LUCÂNIA, Eliane Regina; VALÉRIO, Nelson Iguimar; BARISON, Sueli Zocal Paro; *et al.* **Intervenção cognitivo-comportamental em violência sexual: estudo de caso. Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 4, p. 817–826, out. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/hRjxdBsT4wL5p99YNbnjQtk/#>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

VASCONCELOS, M. G. O. M. MALLAK, L. S. (ORG). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba, SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/gVYWQPbGTX6HphDWTNhwcrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 de março 2023.

MINAYO, MC de S. **Violência contra crianças e adolescentes**: questão social, questão de saúde. Revista Brasileira Saúde Materno Infantil [Internet]. 2001May;1(2):91–102. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002> Acesso em 04 de maio 2024.

MINAYO, M.C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807>. Acesso em 15 de março 2023.

Neto, W. F. N., Rezende, M. G. C., & Carvalho, C. de S. (2021). **O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio: machismo, racismo e adultocentrismo em questão. Revista Periódicus**, 2(16), 81–92. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.34866>. Acesso em 10 de março 2023.



PELISOLI, Cátula da Luz; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Práticas de profissionais de Psicologia em situações de abuso sexual. **DOAJ (DOAJ: Directory of Open Access Journals)**, 2015. Disponível em: <<https://doaj.org/article/908b1917043d4dbc913817eb10ba9c65>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista De Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-21002007000200001>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

SEI, Máira Bonafé. **Abrindo espaço para o ser: Winnicott e a ludoterapia no contexto da violência familiar. Psyche (Sao Paulo) v.12 n.22 São Paulo jun. 2008.** Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&p id=S1415-11382008000100015>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

SOUZA, Carolina Cardoso Colhante de; SEI, Máira Bonafé. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trauma e transmissão psíquica. **Revista Analytica**. v.8 n.15, São João del Rei. 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972019000200007>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

SOUSA, Pauliana Andrade; NEIVA, Lígia Damasceno Cronemberger; FARIAS, Ruth Raquel Soares de. Principais impactos psicológicos em crianças vítimas de abuso sexual. **Research Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e18310817270, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17270>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

TACHIBANA, Miriam; BARBOSA, Paula Carvalho. Escutando o brincar num ambulatório de violência sexual infantil. **Estudos Interdisciplinares Em Psicologia**, v. 12, n. 1supl, p. 138, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072021000200008>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

WAKSMAN, Renata Dejtari; HIRSCHHEIMER, Mário Roberto. **Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência**. [s.l.]: CFM, 2011. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/manual%20atendimento%20crianca%20adolescente.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.